



DAN JONES



O PODER



E OS

TRONOS



Uma nova história
da Idade Média



TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA

DAN JONES

○ PODER
E OS
TRONOS

Uma nova história
da Idade Média

Tradução
Claudio Carina

Direitos autorais © Dan Jones, 2021

Publicado pela primeira vez no Reino Unido em 2021 pela Head of Zeus Ltd.

O direito moral de Dan Jones de ser identificado como o autor desta obra foi afirmado de acordo com a Lei de Direitos Autorais, Designs e Patentes de 1988.

Nenhuma parte desta publicação pode ser armazenada em sistema de reprodução ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem a permissão prévia do proprietário dos direitos autorais e da editora já citada.

Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2023

Copyright da tradução © Claudio Carina

Todos os direitos reservados.

Título original: *Power e Thrones*

Coordenação editorial: *Sandra Espiloto*

Preparação de texto: *Tiago Ferro*

Revisão: *Ana Cecília Agua de Melo e Carmen S. T. Costa*

Diagramação: *A2*

Capa: *Elmo Rosa*

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Jones, Dan

O poder e os tronos: uma nova história da Idade Média / Dan Jones; tradução de Claudio Carina. - São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
696 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-422-2143-5

Título original: *Power and Thrones: a New History of the Middle Ages*

1. Europa - História 2. Idade Média I. Título II. Carina, Claudio

23-0677

CDD 909.07

Índice para catálogo sistemático:

1. Europa - História

Ao escolher este livro, você está apoiando o manejo responsável das florestas do mundo

2023

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Bela Cintra, 986, 4º andar – Consolação

São Paulo – SP – CEP 01415-002

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	11
INTRODUÇÃO	13

PARTE I: IMPERIUM

1. ROMANOS	19
2. BÁRBAROS	53
3. BIZANTINOS	93
4. ÁRABES	127

PARTE II: DOMÍNIO

5. FRANCOS	173
6. MONGES	213
7. CAVALEIROS	247
8. CRUZADOS	287

PARTE III: RENASCIMENTO

9. MONGÓIS	335
10. COMERCIANTES	371

11. ACADÊMICOS	407
12. CONSTRUTORES	445

PARTE IV: REVOLUÇÃO

13. SOBREVIVENTES	479
14. RENOVADORES	511
15. NAVEGADORES	543
16. PROTESTANTES	573

BIBLIOGRAFIA DE OBRAS CITADAS NO TEXTO.....	607
NOTAS.....	629

CRÍTICA

Parte I
IMPERIUM

c. 410 d.C.–750 d.C.

CRÍTICA

ROMANOS

*“Em toda parte [...] o nome do povo romano
é objeto de reverência e temor.”*

Amiano Marcelino,
historiador e soldado romano

Eles deixaram a segurança da estrada e entraram no descampado do deserto, carregando a pesada arca de madeira. Seus membros devem ter ficado doloridos na jornada de três quilômetros pelo terreno acidentado — pois a caixa, apesar de ter apenas um metro de comprimento, fora bem construída, estava bem cheia e trancada por uma grande trava de mola de prata. Transportá-la por qualquer distância exigia pelo menos duas pessoas, ou uma pequena carreta, pois a arca e seu conteúdo tinham a metade do peso de uma pessoa.¹ Mas o valor dos bens em seu interior excedia em muito o preço de um ser humano. Naquele tempo, um escravo importado da Gália, trazido pelo mar Bretão (*Oceanus Britannicus* — hoje o Canal da Mancha) e convertido em dinheiro nos mercados de Londres (*Londinium*) poderia chegar a seiscentos *denarii* — supondo que o escravo ou escrava fosse apto e jovem, e trabalhador ou bonito. Não era um preço baixo: cerca de duas vezes o salário anual de um soldado comum.² Mas, apesar de alto, não era nada para um membro da elite do Império Romano no início do século V. Dentro da arca de carvalho, que rangia ao ser levada pelo terreno levemente inclinado, havia uma fortuna suficiente para pagar uma casa cheia de escravos.

A carga preciosa da arca de carvalho incluía quase seiscentas moedas de ouro conhecidas como *solidi*, que tilintavam entre 15 mil *siliquae* de prata e um punhado de peças de bronze de diversos valores. As moedas eram estampadas com o perfil de imperadores de três dinastias, sendo a mais recente a do malfadado usurpador Constantino III (reinou de 407-411). Aninhados entre as moedas havia itens ainda mais valiosos: uma variedade de colares de ouro, anéis e correntes usadas para marcar as curvas do corpo de mulheres jovens e esbeltas; pulseiras lavradas com padrões geométricos e realistas cenas de caça; jogos de mesa que incluíam colheres de prata e potes de pimenta em forma de animais selvagens, de heróis e imperatrizes antigos; elegantes utensílios de toucador, como colherinhas de prata para tirar cera do ouvido e palitos de dentes na forma de íbis de pescoços compridos; tigelas, copos e jarros; e uma pequena píxide de marfim — o tipo de quinquilharia que homens ricos como Aurélio Ursicino, cujo nome estava gravado em muitos dos itens, gostavam de comprar para mulheres refinadas como a dama Juliane (*Iuliane*). Uma pulseira sob medida fora personalizada com uma mensagem de amor grafada com filetes de ouro: VTERE FELIX DOMINA IVLIANE (*Use isto com alegria, dama Juliane*). Dez colheres de prata demonstravam a devoção da família a uma religião jovem, porém muito difundida na época: todas gravadas com o símbolo conhecido como o Chi-Rho — monograma composto pelas duas primeiras letras gregas da palavra “Cristo”. O símbolo teria sido imediatamente reconhecido pelos irmãos de fé — cristãos — que faziam parte de uma comunidade de fiéis que se estendia da Britânia e da Irlanda (*Hibernia*) ao Norte da África e ao Oriente Médio.³

Esse tesouro em moedas, joias e utensílios doméstico estava longe de ser a soma total dos bens da família, pois Aurélio e Juliane eram membros da pequena e fabulosamente rica elite cristã da Britânia — um conjunto de vilas onde viviam em conforto e esplendor semelhantes às demais elites de toda a Europa e do Mediterrâneo. Mas ainda assim tratava-se de uma reserva importante — e a família teve alguns problemas para selecionar o que incluir no baú. E com razão, pois na verdade aquele rico tesouro equivalia a uma apólice de seguro. A família deu instruções para que fosse enterrado em algum lugar discreto, por precaução, enquanto observavam se a situação política cada vez mais conturbada da Britânia levaria a um colapso governamental, à agitação civil ou algo pior. Só o tempo

diria qual seria o destino da província. Enquanto isso, o melhor lugar para as riquezas de um clã abastado era embaixo da terra.

O percurso por aquela movimentada via — que ligava a cidade de Caister-by-Norwich no leste (*Venta Icenorum*) à rota Londres-Colchester (*Camulodunum*) — fora abandonado havia muito tempo, e o pequeno grupo que levava a arca estava sozinho. Eles tinham caminhado o suficiente para deixar Scole — a cidade mais próxima — mais três quilômetros para trás. Satisfeitos por terem encontrado um bom lugar, puseram a caixa no chão e talvez tenham descansado um pouco, até o anoitecer. Mas logo as pás começaram a escavar a terra, o solo — uma mistura de argila e cascalho arenoso em camadas — se acumulou num pequeno monte ao lado de buraco raso.⁴ Não era preciso cavar muito — não havia necessidade de tanto esforço, pois do contrário só criariam mais trabalhos para si mesmos no futuro. Assim, quando o buraco chegou a alguns metros de profundidade, desceram a caixa cuidadosamente e recobriram o local. O reforçado baú de carvalho contendo as colheres e pratos de Aurélio, as delicadas joias lavradas de Juliane e as muitas moedas desapareceram: enterradas como num túmulo, as preciosas posses dos falecidos que descansavam com seus donos desde tempos imemoriais de gerações passadas. Os escavadores tomaram nota do local e partiram de volta à estrada, aliviados e sem fardos. Talvez tenham dito a si mesmos que voltariam. Quando? Era difícil dizer. Mas, com certeza, assim que as tempestades políticas que assolavam a Britânia amainassem, os invasores bárbaros que atacavam a costa leste com cansativa regularidade fossem finalmente rechaçados e os leais soldados retornassem de suas guerras na Gália, mestre Aurélio os mandaria de volta para desenterrar sua valiosa carga. Em 409 d.C. eles não sabiam — e nem poderiam sequer imaginar — que o baú do tesouro de Aurélio Ursicino continuaria enterrado por aproximadamente 1.600 anos.*

No início do século V d.C., a Britânia era a região mais remota do Império Romano, uma superpotência com uma gloriosa história que remontava há mais de um milênio. Roma teve início como uma monarquia da Idade do Ferro — a tradição data suas origens em 753 a.C. —, mas, após os reinados de sete monarcas (que, segundo a tradição romana,

* O baú é hoje conhecido como o Tesouro de Hoxne. Foi encontrado por detectores de metal à procura de um martelo perdido em 1992 e agora encontra-se em exibição no Museu Britânico.

tornaram-se cada vez mais tirânicos), transformou-se numa república em 509 a.C. Mais tarde, no século I a.C., a República também foi derrubada e Roma passou a ser governada por imperadores: a princípio por um só imperador, porém mais tarde até quatro imperadores governaram Roma simultaneamente de suas capitais, que incluíam Milão, Ravena e Constantinopla. O quarto imperador romano, Cláudio (41 a 54 a.C.), iniciou a conquista da Britânia em 43 d.C., atacando os povos nativos das ilhas com um exército de 20 mil destemidos legionários romanos e uma máquina de guerra equipada com elefantes encouraçados. No final do século I, grande parte do Sul da Britânia havia sido conquistada, e chegava até uma zona militarizada no norte, que acabou sendo marcada pela Muralha de Adriano. Desde então, a Britânia deixou de ser uma zona misteriosa nos limites do mundo conhecido, tornando-se um território em grande parte pacificado e incorporado a uma superpotência mediterrânea. Durante os três séculos e meio seguintes, a Britânia foi parte do Império Romano: um colosso político só comparável em tamanho, sofisticação, poderio militar e longevidade aos mega Estados persas da Pártia e da Sassânia e ao império da dinastia Han na China. Amiano Marcelino, um historiador de origem grega que viveu e escreveu no século IV d.C., definiu Roma como “uma cidade destinada a resistir enquanto a raça humana sobreviver”. Enquanto isso, o Império Romano “pisava no pescoço de orgulhosos povos selvagens e lhes concedia leis para servir aos eternos pilares e garantias da liberdade”.⁵

Aqui havia uma hipérbole — mas só uma pitada. Amiano Marcelino não foi o único escritor romano sério a ver Roma e seu império como uma série de triunfos que se estendiam da obscuridade da pré-história até o infinito no futuro.⁶ Poetas e historiadores como Virgílio, Horácio, Ovídio e Lívio também deram voz à natureza superior do cidadão romano e ao caráter épico da história imperial da cidade. A *Eneida* de Virgílio, que enredou um mito mágico da origem dos romanos, falava de um “império que não terá fim” sob “o domínio do povo de Roma, os governantes do mundo, a raça que usa a toga”.⁷ “É o nosso modo romano de fazer e sofrer bravamente”, escreveu Lívio.⁸ Quatro séculos mais tarde, e mesmo depois de um período excepcionalmente problemático em que o império foi devastado por guerras civis, usurpações, assassinatos, invasões, cismas políticos, doenças epidêmicas e quase falência, Marcelino ainda poderia

afirmar que “Roma é aceita em todas as regiões do mundo como amante e rainha [...]. Por toda parte a autoridade de seus senadores recebe o respeito devido aos seus cabelos grisalhos, e o nome do povo romano é objeto de reverência e temor”.⁹

No entanto, uma geração depois de Marcelino ter escrito essa ode, a metade ocidental do império encontrava-se em colapso terminal: por toda parte, guarnições e governantes políticos romanos abandonavam territórios que eles e seus antepassados ocupavam e governavam desde o início do milênio. O domínio imperial dissolveu-se na Britânia em 409 e 410 d.C., para nunca mais ser restaurado; o choque da saída abrupta da Britânia daquela união pan-europeia foi exatamente o que levou famílias de elite como a de Aurélio Ursicino e Juliane a empacotar e enterrar suas riquezas, um fundo financeiro que acabou se tornando uma cintilante cápsula do tempo ao preservar o fim de uma era. No final do século V, o Império Romano do Ocidente não existia mais. Como escreveu o grande historiador do século XVIII, Edward Gibbon, “uma revolução que sempre será lembrada, e ainda é sentida pelas nações da Terra”.¹⁰

O declínio e a queda do Império Romano do Ocidente são um fenômeno histórico que intriga historiadores modernos há séculos, pois o legado de Roma permanece conosco até hoje, estampado no idioma, na paisagem, nas leis e na cultura. E se Roma ainda fala conosco em pleno século XXI, sua voz ressoou ainda mais alto durante a Idade Média — o período que este livro pretende explorar. Examinaremos com detalhes o fim do Império Romano no próximo capítulo. Mas por ora vamos voltar nossos pensamentos para a sua *ascensão* (ou melhor, para quando deixou de ser uma república), por volta da virada do primeiro milênio, e mostrar como era o mundo pouco antes da Idade Média. Para avaliar corretamente o Ocidente medieval, devemos primeiro perguntar como e por que a Roma Eterna (*Roma aeterna*) conseguiu comandar um império ligando três continentes, um número incontável de povos com diversas religiões e tradições, e uma babel igualmente vasta de línguas; um império com itinerantes tribais, fazendeiros camponeses e elites metropolitanas; um império que se alastrou de centros criativos da cultura antiga aos confins do mundo conhecido.

Clima e conquista

Os romanos gostavam de dizer uns aos outros que eram favorecidos pelos deuses. De fato, durante grande parte de sua história eles foram abençoados por um bom clima. Mais ou menos entre os anos 200 a.C. e 150 d.C. — quando Roma floresceu como república e império —, uma combinação de condições climáticas agradáveis e vantajosas pairou sobre o Ocidente. Durante cerca de quatro séculos, não houve erupções vulcânicas maciças do tipo que ocasionalmente baixavam as temperaturas em todo o planeta; durante esse mesmo período, a atividade solar foi intensa e estável.¹¹ Como consequência, a Europa Ocidental e a grande faixa mediterrânea desfrutaram de um ciclo incomum de décadas cálidas e hospitaleiras, e também muito úmidas.¹² Plantas e animais prosperaram: elefantes vagavam pelas florestas da Cordilheira do Atlas, enquanto videiras e pomares de oliveiras podiam ser cultivados mais ao norte do que em qualquer outro momento. Extensões de terra que em outras eras se mostravam estéreis e hostis ao arado puderam ser cultivadas, e as colheitas em terras já tradicionalmente “boas” aumentaram. Esses anos favoráveis, durante os quais a natureza parecia oferecer suas maiores dádivas a qualquer civilização capaz de reconhecer a oportunidade, são agora chamados de *Optimum Climático Romano* (OCR) ou *Período Quente Romano*.

Roma tornou-se oficialmente um império em 16 de janeiro de 27 a.C., quando o Senado concedeu a Otaviano — um filho adotivo de Júlio César — o título de *Augustus*. Antes disso, a República fora torturada por duas décadas de guerras civis sangrentas; no decurso dessas guerras, em 49 a.C., César tomou o poder e governou como um ditador. Mas César era um autocrata, de acordo com parâmetros tanto de seu tempo como do futuro, e foi assassinado em 15 de março de 44 a.C. — os Idos de Março —, uma recompensa direta, disse o estudioso e burocrata Suetônio (c. 70-130 d.C.), por sua alardeada ambição, na qual muitos romanos perceberam o desejo de reviver a monarquia. “O constante exercício do poder deu a César um amor ao poder”, escreveu Suetônio, que também espalhou o boato de que, quando jovem, César sonhava estuprar a própria mãe, uma visão que adivinhos interpretaram como um sinal claro de “estar destinado a conquistar o mundo”.¹³

A fama foi o destino de César, mas a verdadeira grandeza foi de Otaviano. O semblante de Otaviano quase ostentava a palavra “Imperium”: seus olhos brilhantes e traços bonitos e magnéticos eram de alguma forma acentuados por uma aparência desleixada e levemente desgrenhada, o que teria sugerido uma total falta de vaidade não fosse o fato de usar salto alto para se elevar acima de sua altura natural de 1,65 m.¹⁴ Otaviano obteve sucesso onde César fracassara, vingando a morte do pai e derrotando seus inimigos em batalha, para finalmente emergir como o único e incontestado governante de Roma. Como Augusto, acumulou em si todos os poderes políticos meticulosamente diferenciados da República, atuando na verdade ao mesmo tempo como senador, cônsul e tribuno, *pontifex maximus* (sumo sacerdote) e comandante militar supremo. O caráter de Augusto dividia a opinião romana — seria um visionário e político-soldado incomparável, ou um tirano traiçoeiro, corrupto e sanguinário, ponderou o historiador Tácito (c. 58-116 d.C.), sem fazer nenhum julgamento.¹⁵ Mas suas realizações como imperador — ou, como ele preferia, Primeiro Cidadão (*Princeps civitatis*)* — eram impossíveis de negar. Ao tomar o poder, ele apagou as brasas da mais recente e debilitante guerra civil da República. Transformou a cidade de Roma com grandiosos projetos de construção — alguns já iniciados sob César e outros idealizados por ele próprio. O Campo de Marte (*Campus Martius*), de quinhentos acres e repleto de templos e monumentos, foi radicalmente reconstruído. Foram encomendados novos anfiteatros, aquedutos e estradas. Só aceitava os melhores materiais de construção: em seu leito de morte, Augusto jactou-se de ter encontrado Roma como uma cidade de tijolos, mas a deixado como uma cidade de mármore.¹⁶ Realizou grandes reformas no governo, concentrando poder nas próprias mãos às custas do Senado, e encorajando um culto de personalidade de magnificência imperial que evoluiu sob seus sucessores a ponto de alguns imperadores serem venerados como semideuses.

Quando Augusto morreu, em 19 de agosto de 14 d.C., com a avançada idade de 75 anos, o Império Romano havia sido vasta e radicalmente

* Os primeiros trezentos e poucos anos do Império Romano costumam ser conhecidos como Principado, título preferido de Augustus.



Mar do Norte

Mar Báltico

Muralha de Adriano
York

BRITÂNIA

Bath
Londres

Colchester

Trier

GERMÂNIA

Elba

Danúbio

Baía Biscayne

Gália

PRÉCIA

NORICUM

PANONIA

Milão

Rhône

Ravenna

ITALIA

Roma

Pompeia

HISPÂNIA

Ebro

ILHAS BALEARES

SARDENHA

CÓRSEGA

Mar Mediterrânea

SICÍLIA

Cartago

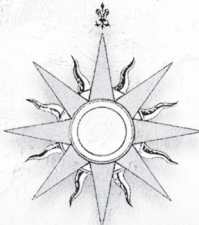
Siracusa

MAURITÂNIA

ÁFRICA

Leptis Magna

DESERTO DO SAHARA



0 200 400 600

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA

O IMPÉRIO ROMANO EM SUA MAIOR EXTENSÃO



TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA

expandido, pacificado e extensivamente reformado. Apesar de a Britânia continuar sendo um deserto inexplorado (César recuou ante a perspectiva de uma invasão total quando visitou a região, em 55-54 a.C., e seu filho também deixou os bretões em paz), o Império Romano de início incluía toda a península Italiana e Ibérica; a Gália (atual França); a Europa transalpina até o Danúbio; a maior parte dos Bálcãs e da Ásia Menor; uma grande faixa da costa do Levante na Antioquia, ao norte, até Gaza, ao sul; a província imensamente rica do Egito (*Aegyptus*), conquistada por Augusto em uma famosa guerra contra a última faraó ptolemaica, Cleópatra, e seu amante Marco Antônio; e uma extensão de terra no Norte da África que chegava à Numídia (atual Argélia). E o cenário estava preparado para uma expansão ainda maior durante o século que se seguiu.

Roma foi a única potência na história a governar toda a orla da bacia do Mediterrâneo, além de um grande leque de territórios que se espalhavam muitos quilômetros adentro. Em seu auge, sob Trajano (98-117 d.C.), que conquistou a Dácia (atual Romênia), o Império cobria cerca de 13 milhões de quilômetros quadrados, da Muralha de Adriano às margens do rio Tigre. Um quarto da população de seres humanos da Terra vivia sob domínio dos romanos. Esse enorme conglomerado de território imperial não foi apenas confiscado, mas reorganizado e marcado com as características que definiam a civilização romana. Colossal, com um comando centralizado, ferozmente defendida na periferia e vigiada de perto (não exatamente livre ou tolerante) nos limites de suas fronteiras, tecnologicamente avançada e bem interligada ao mundo exterior. Foi o apogeu imperial de Roma.

“Produzem uma desolação e a chamam de paz”

Então, quais características definiam o Império Romano? A primeira e a mais impressionante para os estrangeiros era o extraordinário e resiliente poderio militar de Roma. A cultura guerreira inspirava a política. Os cargos públicos durante a República eram mais ou menos dependentes da conclusão de um turno de serviço e comando militares, que por sua vez era

necessário para ser eleito para um cargo político. Assim, não surpreende que muitas das maiores conquistas históricas de Roma tenham se dado no campo de batalha. A maquinaria do Estado dependia de (e em grande parte existia para manter) um exército profissional permanente, que contava com cerca de 250 mil homens no final do reinado de Augusto, e que em seu auge, no início do século III d.C., chegava a 450 mil soldados em todo o império. As legiões, cada uma com 5 mil homens da infantaria pesada recrutados entre os cidadãos romanos, eram reforçadas por unidades auxiliares (*auxilia*) selecionadas na grande população de não cidadãos do império e mercenários (*numeri*) recrutados de grupos bárbaros fora das fronteiras do Império. (Como veremos, o contingente de bárbaros no exército romano foi predominante nos últimos anos do Império.) As frotas navais mobilizavam outros 50 mil homens. O custo de manter essa força, espalhada por milhões de quilômetros quadrados, desde o mar do Norte ao mar Cáspio, devorava entre 2% e 4% do PIB anual do império; bem mais da metade do orçamento do Estado era gasto em defesa.* Houve períodos — nos últimos dias da República, no século I a.C., e sob os muitos imperadores inglórios que governaram durante a chamada Crise do Terceiro Século — em que os militares romanos podiam trabalhar contra a causa da harmonia imperial. No entanto, sem o exército romano não poderia ter havido império algum.

“Lembra-te, romano, do que será a tua missão”, escreveu Virgílio (70-19 a.C.). “Governar as nações, manter a paz sob a lei, poupar os vencidos e esmagar os soberbos.”¹⁷ O tamanho do exército imperial romano, a velocidade de movimentação, a proficiência tecnológica, a inteligência estratégica e a disciplina inclemente eram inigualáveis em relação a qualquer outra potência do seu tempo, tornando possível o grandioso objetivo de Virgílio.

* A título de comparação: no momento em que escrevo, os Estados Unidos têm de longe o maior orçamento de defesa e segurança do mundo e, como porcentagem do PIB, os gastos militares norte-americanos estão alinhados com os do Império Romano: cerca de 3,1%. No entanto, apesar de ser uma *enormidade* de dólares gastos em drones, tanques e tropas, 3,1% do PIB dos Estados Unidos mal chegam a 15% do orçamento anual federal. Em outras palavras, os imperadores de Roma gastavam três ou quatro vezes mais de seus rendimentos em defesa do que os presidentes norte-americanos recentes. Em termos de capacidade relativa de mobilização e potencial de escalada — a capacidade, se se preferir, de usar um lança-foguete numa briga de punhos —, os Estados Unidos da modernidade ocupam uma posição no mundo semelhante à do Império Romano no século I d.C. Ou seja, é melhor não mexer com eles.

O típico soldado romano se alistava para servir por pelo menos dez anos; até o século III d.C., a recompensa por servir nas unidades auxiliares por 25 anos era a cidadania romana plena. O pagamento regular era razoável, e os postos disponíveis eram muitos e variados. Além da infantaria, treinada para lutar com espadas curta, longa, escudos curvos e dardos, o exército romano empregava cavaleiros, artilheiros, paramédicos, músicos, escrivães e engenheiros. Havia uma forte cultura de recompensa e honra para serviços diferenciados, mas a disciplina era sempre brutalmente rigorosa, incluindo fome, açoitamento e ocasionalmente execução sumária. Segundo o escritor grego Políbio, autor de uma detalhada história de Roma no século II a.C., soldados que não se mantivessem firmes em batalha podiam ser punidos por *fustuarium supplicum*, sendo apunhalados e apedrejados por seus colegas até a morte.¹⁸ Em casos de fracasso ou desobediência em massa, uma legião podia ser dizimada (*decimatio*): um soldado em cada dez era selecionado por sorteio e espancado até a morte pelos companheiros.

Nos tempos republicanos, as legiões implantaram a hegemonia de Roma no Mediterrâneo com uma série de guerras com efeitos de longo prazo — ao derrotar os macedônios, os selêucidas e os cartagineses (talvez os mais famosos), cujo grande general Aníbal atravessou os Alpes com seus elefantes em 218 a.C., mas não conseguiu acabar com a República, apesar de ter destruído o maior exército até então mobilizado por Roma na Batalha de Canas, em 216 a.C. Gerações futuras iriam lamentar o fracasso de Aníbal: a punição dos cartagineses por se atreverem a desafiar Roma foi a aniquilação de sua antiga capital, Cartago, depois da Terceira Guerra Púnica, em 146 a.C. (No mesmo ano, em outro conflito, a antiga cidade grega de Corinto também foi saqueada e arrasada.) Em conjunto, essas guerras demonstraram a superioridade de longo prazo dos exércitos romanos, que continuou na era imperial. A experiência de enfrentar um exército romano no campo de batalha era um desafio, para dizer o mínimo — como pode ser demonstrado com um único exemplo, no século I d.C., quando o exército imperial mostrou suas garras e dentes ao invadir e subjugar a Britânia.

Júlio César fez as primeiras expedições militares exploratórias na Britânia em 55 e 54 a.C. A Britânia era um alvo atraente para Roma, representado pelas férteis terras agrícolas no sudeste e as minas espalhadas pelas ilhas, ricas em estanho, cobre, chumbo, prata e ouro. Era também um lugar para

onde os rebeldes da Gália costumavam fugir para escapar da autoridade romana; além disso, havia o puro prestígio da perspectiva de conquistar um arquipélago reconhecido por marcar o limite do mundo navegável. As invasões de César foram derrotadas pela beligerância nativa bretã e pelo mau tempo, mas um século depois, em 43 d.C., no reinado de Cláudio, quatro legiões lideraram uma invasão anfíbia, dando início a uma guerra de ocupação que durou quase meio século. Tribos como as dos icenos, que se rebelaram sob a rainha guerreira Boadicea em 60-61 d.C., foram radicalmente exterminadas. Outras fizeram acordos. A Britânia e os bretões nunca mais foram os mesmos. A crueldade com que o exército imperial conquistou e pacificou a Britânia foi uma questão de considerável orgulho para os romanos, como resumido ironicamente por Tácito no famoso discurso que pôs nos lábios de um malfadado chefe tribal, Cálgaco, quando se preparava para lutar contra um exército romano sob o comando de Cneu Júlio Agrícola (que por acaso era sogro de Tácito):

Assaltantes do mundo, tendo esgotado a terra pelo seu saque universal, pilham as profundezas. Se o inimigo for rico, eles são vorazes; se for pobre, eles ambicionam a dominação; nem o Oriente nem o Ocidente conseguiram satisfazê-los. Só eles entre os homens cobiçam com igual avidez a pobreza e a riqueza. Ao roubo, à matança, à pilhagem eles dão o nome mentiroso de império; produzem uma desolação e a chamam de paz.¹⁹

Pouco depois de ouvir esse discurso, os homens de Cálgaco fugiram em debandada do exército de legionários, de auxiliares e da cavalaria de Agrícola — “um espetáculo horrível e hediondo”, escreveu Tácito. Os guerreiros tribais “fugiram em batalhões inteiros [...] por toda parte havia armas espalhadas, cadáveres e membros mutilados, e a terra cheirava a sangue”. Naquela noite o exército romano festejou, mas “os bretões, vagando entre gritos e lamentações de homens e mulheres, arrastavam seus feridos, chamavam os ilesos, deixaram para trás suas casas [...] o silêncio da desolação reinava em todo lugar: as colinas foram abandonadas, casas fumegavam ao longe...”.²⁰ Cálgaco previu o destino de seus companheiros com absoluta precisão, revivendo assim a experiência de outros incontáveis líderes tribais nas orlas do Império Romano ao longo

de séculos. Mesmo quando as legiões sofriam emboscadas ou derrotas — como acontecia de tempos em tempos na Britânia, na Gália, na Alemanha (Germânia), na Dácia, na Palestina e em outros lugares —, as perdas raramente chegavam a obliterar a presença romana; o fato subjacente da hegemonia militar romana era a capacidade do Império de absorver as derrotas, escalar o conflito e se vingar impiedosamente; Roma perdeu muitas batalhas, mas pouquíssimas guerras.

Apesar de tudo isso, o exército romano também conquistou belas vitórias sem nem sequer desembainhar a espada, sem lançar nenhum dardo e sem derramamento de sangue. A vantagem da superioridade incontestável no campo de batalha proporcionava — como tem acontecido regularmente ao longo da história — o luxo de vencer sem lutar. O poder do exército romano não era simplesmente uma força ativa, pois também agia como uma dissuasão *de facto* para potenciais rivais; como nenhuma outra potência no mundo ocidental poderia se igualar em recursos às forças imperiais, os imperadores podiam usar o mero fato de sua capacidade militar como uma ferramenta política para forçar rivais à submissão.²¹ É uma lição que a maioria das superpotências na história do mundo veio a aprender.

A era de ouro do poder militar romano ocorreu durante os duzentos anos que se seguiram à ascensão de Augusto, em 27 a.C. Foi a era conhecida como da “*pax Romana*” — um período em que (pelos padrões da época) Roma conseguiu oferecer estabilidade, paz e oportunidades de prosperidade excepcionais para os que viviam sob sua égide. Foi capaz de fazer isso por ser coletivamente compensador estar sob a proteção do exército mais perigoso do mundo. A *pax Romana* esgarçou-se e começou a se desfazer após a morte do filósofo-imperador Marco Aurélio, em 180 d.C. Durante várias décadas no decorrer do século III o Império foi assolado por crises, com períodos em que se dividiu em três blocos, envolvendo dezenas de imperadores, quando quase entrou em colapso — uma situação que testou os limites da determinação e da capacidade do exército romano até o limiar da destruição. No entanto, por volta do século IV e do início do V d.C., os romanos ainda se orgulhavam de suas Forças Armadas, agora cada vez mais profissionalizadas e acantonadas na periferia do Império (o “*limes*”, limite em latim), protegendo as fronteiras da civilização das incursões dos povos bárbaros; assegurando que no geral,

apesar de suas fraturas e divisões, das lutas pelo poder e das disputas internas, o Império se mantinha firme.

Assim, em seu apogeu, Roma foi uma nação belicosa e incomparável, capaz de esmagar qualquer outro ator em sua esfera; mesmo após a crise do século III, quando foi ameaçada duramente pelos persas sassânidas pelo leste e pelos bárbaros no oeste, continuou sendo uma formidável potência. Contudo, seu avassalador poder militar e seu alcance não diferenciavam Roma de muitas outras superpotências contemporâneas do mundo clássico. No século IV a.C., o império macedônio de Alexandre, o Grande, estendeu-se das ilhas jônicas do Mediterrâneo central até o Himalaia. Os vários impérios persas da Antiguidade cobriram território equivalente. Por volta de 100 d.C., o império oriental da dinastia Han da China dominava mais de 6,5 milhões de quilômetros quadrados e 60 milhões de pessoas. O que tornou Roma tão dominante no mundo mediterrâneo e imediações foi o fato de sua esmagadora força armada se desenvolver em sintonia com uma sofisticada maquinaria cívica: uma malha de sistemas sociais, culturais e legais de vanguarda que os romanos consideravam virtuosos por si mesmos. Se estavam certos ou não — e hoje podemos muito bem alimentar dúvidas sobre uma sociedade que restringia severamente os direitos de milhões de mulheres e de pobres, perseguia cruelmente quem discordasse de suas normas, promovia esportes sangrentos e outras formas de violência cívica e dependia da escravidão em massa para sobreviver —, o modo de vida romano era altamente exportável e deixava marcas profundas e muitas vezes permanentes aonde quer que chegasse.

Cidadãos e estrangeiros

Poucos anos depois de ter levado seus elefantes à Britânia para subjugar as tribos do fim do mundo, o imperador Cláudio se viu diante do Senado discursando sobre assuntos de cidadania e poder político para um turbulento grupo formado pelos principais dignitários de Roma. O ano era 48 d.C. e a causa em questão era específica: se os cidadãos mais ricos e respeitáveis das províncias romanas da Gália poderiam ou não ser eleitos senadores. Cláudio — um erudito, apesar de ser um neto manco e míope de Augusto

e ter nascido na Gália, em Lyon (*Lugdunum*) — acreditava que sim. Para enfatizar seu argumento, se referiu à antiga história de Roma, ao remontar aos dias em que seu fundador e primeiro rei, Rômulo, foi sucedido por um governante de fora da cidade: Numa, o Sabino. Roma, argumentou Cláudio, sempre fora um lugar que assimilava os forasteiros mais dignos. “Eu acho que os provinciais não devem ser rejeitados, pois serão úteis para o Senado”, declarou.

Nem todos os senadores concordaram. Alguns rebateram de forma veemente, dizendo ser vergonhoso para Roma admitir “uma turba de estrangeiros [...] imposta a nós”, principalmente porque os estrangeiros em questão — os gauleses — já haviam lutado de forma ressentida e sangrenta contra a conquista romana.²² No cerne desse argumento encontravam-se dois debates antigos, que desafiam governantes de reinos poderosos desde o início dos tempos até os dias de hoje: como um Estado reabilita seus antigos inimigos; e permitir a cidadania de um Estado ou sociedade a não nativos pode fortalecer ou diluir o sangue e o caráter da nação? Essa discussão repercutiu durante os séculos de domínio imperial de Roma, deixando seu legado para a Idade Média e para o futuro.

Cláudio se mostrou bem preparado diante do Senado em 48 d.C. Contra as suspeitas levantadas contra a lealdade dos gauleses, respondeu: “Os que se atêm ao fato de os gauleses terem resistido por dez anos à guerra do divino Júlio [César] devem considerar que também há cem anos eles têm sido leais e confiáveis, com essa lealdade testada ao máximo quando estivemos em perigo”. Quanto às objeções mais genéricas acerca de não italianos serem classificados como romanos, apresentou aos seus ouvintes exemplos dos gregos antigos. “O que foi a ruína de Esparta e de Atenas se não isso, de serem poderosos na guerra, mas desdenhosos com os estrangeiros que haviam conquistado?” Convencidos ou intimidados pela convicção do imperador, os senadores acabaram concordando. A partir desse ponto, os gauleses não só conseguiram a cidadania romana, como também poderiam aspirar ao mais alto cargo político do Império.

Uma das mais importantes diferenciações sociais de Roma — na própria cidade, na península Italiana e (finalmente) nos vastos territórios conquistados pelo exército — era entre os cidadãos e o resto da população. A sociedade romana era obcecada por classes e ordem, e as pequenas diferenças entre a classe alta dos senadores (*senatores*), os equestres (*equites*)

— a classe intermediária acima dos plebeus — e os pobres sem-terra, conhecidos como *proletarii*, eram levadas muito a sério. Mas a cidadania era o que mais contava. Ser um cidadão de Roma significava, no sentido mais profundo, liberdade. Para os homens, conferia um pacote invejável de direitos e responsabilidades: era permitido votar, exercer cargos políticos, usar os tribunais de direito para defender a si próprio e as suas propriedades, usar a toga em ocasiões cerimoniais, prestar serviço militar nas legiões e não entre os auxiliares, isenção de certos impostos e estar livre da maioria das formas de punição corporal e penas capitais, inclusive flagelação, tortura e crucificação. A cidadania não se limitava aos homens: embora muitos dos seus direitos fossem negados às mulheres, as cidadãs podiam passar o status aos filhos, e costumavam ter uma vida mais confortável e abastada como cidadãs do que se não o fossem. A cidadania era, portanto, um status valorizado, e essa era a razão por que o Estado romano reservava essa recompensa aos auxiliares que servissem por um quarto de século no exército romano e para escravos que trabalhassem sem reclamar, sabendo que, se seus senhores os libertassem, eles também poderiam reivindicar o direito de uma cidadania limitada como libertos. Perder a cidadania — punição imposta por crimes muito graves, como homicídio ou falsificação — era uma forma de desmembramento legal e de morte social.

Roma não foi a única nação a fomentar esse conceito de privilégio legal e social — cidadãos eram privilegiados na Grécia Antiga, em Cartago e em muitos outros Estados mediterrâneos da época. Mas Roma foi única na forma como desenvolveu e estendeu o conceito de cidadania no decorrer de sua longa história para aumentar a sustentação de seu domínio imperial. O objetivo principal do Império era arrecadar riquezas para ser gastas em Roma: nesse sentido, tratava-se de um esquema fraudulento baseado na exploração desenfreada. Contudo, com a promessa da cidadania — uma participação na pilhagem —, os aristocratas conquistados podiam ser assimilados. Assim, durante os dois primeiros séculos do Império, à medida que as províncias imperiais se expandiam, a cidadania foi gradualmente concedida a grupos de alto nível bem distantes da Itália. Nobres e magistrados, auxiliares que completavam seu serviço no exército, oficiais aposentados e seus escravos libertos poderiam adquirir a cidadania — fosse de status pleno ou

de uma das inúmeras formas classificadas que implicavam uma série limitada de direitos, mas ainda assim desejáveis.²³ Finalmente, em 212 d.C., o imperador Caracala concluiu o que Cláudio começara, ao decretar que todos os povos livres de todas as províncias poderiam de alguma forma reivindicar a cidadania romana. Toda a população, anunciou Caracala, “deve participar da vitória. Este édito irá aprimorar a majestade do povo romano”.²⁴

Muitos historiadores veem o Édito de Caracala (às vezes chamado de Constituição Antonina) como um ponto de virada na história do Império, por ter sido uma decisão que enfraqueceu o cerne do sistema imperial, diluindo o apelo a não romanos a entrar para o exército e erodindo o prestígio da cidadania. Talvez seja verdade. Mas também não é falso que essa abertura à assimilação pelo Império foi uma das principais vantagens históricas de Roma,* pois priorizou os valores do sistema romano acima de tudo, admitindo livremente e sem pendores a possibilidade de as pessoas poderem ter mais de uma identidade cultural. Um romano não precisava ter nascido à vista das sete colinas da Cidade Eterna: ele ou ela poderia ser norte-africano ou grego, gaulês, germano ou bretão, espanhol ou eslavo. Nem mesmo os imperadores precisavam mais ser etnicamente “romanos”. Trajano e Adriano eram espanhóis. Septímio Severo, que tomou o poder em 193 d.C. e ocupou o posto até 211 d.C., nascera na Líbia (*Leptis Magna*), filho de pai norte-africano e mãe árabe da Síria; assim, seus sucessores (conhecidos como a dinastia Severa) compartilhavam essa herança afro-árabe. O segundo imperador dessa dinastia foi ninguém menos que Caracala. Por isso, apesar de suas boas razões políticas para decretar seu édito de 212 d.C. — inclusive para aumentar a base de arrecadação de impostos durante um período penoso para as finanças públicas —, talvez não seja muito anacrônico imaginar que o fato de ser um imperador de ascendência africana possa ter influenciado seu pensamento.

* Com essa política de braços abertos para a assimilação, o Império Romano superou até mesmo os Estados Unidos no pico de seu período de imigração, na virada do século XX. Historicamente, talvez só o Império Mongol dos séculos XII e XIII (ver capítulo 9) tenha demonstrado tal atitude descomplicada na integração de uma multitude de povos.

Almas à venda

Mas não foi só Caracala quem trouxe sua experiência africana para o governo imperial. Mais de um século antes de ele nascer, Roma foi governada durante dez anos por Vespasiano, fundador da dinastia flaviana. Vespasiano chegou ao poder em 69 d.C. após vencer uma breve e terrível guerra civil, durante a qual quatro homens governaram em um ano;* mas antes de ser imperador, teve uma curta carreira no Norte da África, quando ficou conhecido como um “condutor de mulas”, eufemismo para comerciante de escravos. Nesse papel, Vespasiano ganhou fama por cortar os testículos de meninos jovens, para serem vendidos a um preço mais alto como eunucos.²⁵ Esse hábito deu a Vespasiano certo grau de notoriedade, mas não tanto quanto poderia ter ocorrido em outra época histórica. Em Roma, a escravidão e a brutalidade com povos escravizados não eram apenas algo comum, eram onipresentes.

A escravidão era um fato da vida em todo o mundo antigo. Escravos — pessoas definidas como propriedade, forçadas a trabalhar, despojadas de direitos e socialmente “mortas” — podiam ser encontradas em praticamente todos os reinos importantes da época. Na China, as dinastias Qin, Han e Xin praticavam várias formas de escravidão, assim como antigos governantes do Egito, da Assíria, da Babilônia e da Índia.²⁶ “Teus escravos e tuas escravas serão das nações que estão ao redor de vós; delas comprareis escravos e escravas”, disse Deus aos israelitas, só pedindo que se abstivessem de escravizar uns aos outros.²⁷ Mas Roma era diferente. São poucos os exemplos na história de verdadeiros “Estados escravocratas”, onde a escravidão permeava todas as facetas da sociedade e sobre a qual foram construídas toda uma economia e uma cultura. Roma foi um deles.**

Os historiadores podem não concordar, pois não existem registros confiáveis sobre o número exato de escravos em Roma. Uma estimativa aproximada é que na época de Augusto havia 2 milhões de escravos na península Italiana, representando talvez um quarto da população da região — com muitos outros escravos nas províncias no exterior.²⁸ Os escravos podiam ser vistos exercendo todos os papéis imagináveis na sociedade,

* O Ano dos Quatro Imperadores: foram Galba, Otão, Vitélio e Vespasiano.

** Historiadores costumam citar outros, como a Grécia Antiga; o Brasil e o Caribe durante a era colonialista; e a África do Sul nos tempos do apartheid.

exceto no governo. Trabalhavam em grandes fazendas produtoras conhecidas como *latifundia* e em pequenas propriedades onde uma família camponesa poderia ser dona de um ou mais escravos. As casas dos romanos ricos eram servidas por dezenas ou até mesmo centenas de escravos, que trabalhavam como faxineiros, cozinheiros, padeiros, garçons, porteiros, criados, amas de leite, governantas, jardineiros, guardas, professores, escrivães, músicos, declamadores de poesia, dançarinos, concubinas ou meros objetos sexuais.

Para alguns escravos que trabalhavam para os ricos, com a possibilidade de comprar sua liberdade na meia-idade ou na velhice, a vida podia ser confortável, até luxuosa. Quando Pompeia foi soterrada por cinzas vulcânicas em 79 d.C., um belo bracelete de ouro de uma escrava foi preservado: com o formato de uma cobra, tradicionalmente um animal guardião, com a seguinte inscrição: “DOM[I]NUS ANCILLAE SUAE” (“De um senhor a sua garota escrava”). Mas a perspectiva da oferta de presentes para suavizar o status de bens móveis estava longe de ser garantida. Um acessório contrastante usado nos escravos era o chamado colar de Zoninus, datado dos séculos IV ou V d.C., e hoje exibido nas Termas de Diocleciano, em Roma. Grosseiro e forjado em ferro, era um grande pingente — provavelmente irritante e doloroso — como os usados hoje para identificar cães perdidos. A inscrição informava a qualquer estranho que encontrasse o portador sozinho que se tratava de um fugitivo. Prometia uma recompensa de uma moeda de ouro (*solidus*) pela devolução do escravo.²⁹

Fossem vendidos ou nascidos na escravidão, os escravos eram por definição degradados ao nível de bestas de carga. Não sabemos e não podemos saber como era realmente ser um escravo romano, já que a maioria não deixou absolutamente nenhum registro de sua própria vida. Mas tudo o que *sabemos* sobre a escravidão em outros períodos da história nos diz que era uma condição que geralmente consistia em anos de infelicidade, com abusos que variavam do incômodo ao totalmente infernal. Nos moinhos de cereais africanos ou nas minas espanholas, os escravos trabalhavam numa miséria hedionda, muitas vezes fatal. Apuleio, um escritor do século II d.C., incluiu várias imagens grotescas de escravos maltratados em seu romance *O asno de ouro* (*Asino aureus*, às vezes conhecido como *Metamorfoses*). Embora suas vinhetas sobre a vida dos escravos fossem fictícias, e sua história por vezes fantástica, obscena e

satírica, Apuleio mostrava a verdade esquelética da escravidão. Apesar de seu personagem principal passar a primeira parte da história envolvido em uma agradável *menage à deux* com a bela escrava doméstica de um amigo, mais tarde ele encontra um grupo de pobres indigentes trabalhando em um moinho: “que homens havia ali [...] as costas negras das feridas do açoite, mais sombreadas que cobertas por seus farrapos, alguns somente em panos menores cobrindo suas vergonhas. Ferrados na frente e argolas de ferro nos pés; as cabeças tosquiadas, os olhos cortados, comidas as pestanas da fumaça e fuligem da casa que os deixavam meio cegos...”³⁰

Na época em que Apuleio escreveu, Roma já era uma sociedade de escravos havia meio milênio. A escravidão tornou-se um pilar vital da vida romana a partir do século II a.C., quando a República começou seu período de rápida expansão pelo Mediterrâneo. Com vitórias militares deslumbrantes — nos Bálcãs, nas ilhas gregas, no Norte da África e em outros lugares — surgiu a oportunidade de fazer grandes pilhagens, inclusive recompensas humanas. Um ano como o de 146 a.C., quando Cartago e Corinto foram reduzidas a pó, resultou num influxo de dezenas de milhares de cativos. Transportados pelo mar, impossibilitados de voltar às suas terras, os escravos tornaram-se facilmente disponíveis, e a força motriz para o rápido desenvolvimento econômico de Roma: mão de obra gratuita para a República (e depois para os imperadores) usada para construir templos, aquedutos, estradas e edifícios públicos, ou para trabalhar nas minas; e uma mercadoria que os romanos mais abastados podiam comprar para seu lazer e conveniência, servindo em suas espaçosas moradias urbanas ou em grandes fazendas. As vantagens do trabalho forçado eram óbvias. Os escravos podiam ser obrigados a labutar o quanto o proprietário precisasse, eram espancados o quanto seus donos ou donas quisessem, mantidos como porcos, reproduzidos como gado, depois libertados ou simplesmente abandonados quando se tornavam muito velhos ou doentes para qualquer uso. A milhares de quilômetros de suas casas, traumatizados e provavelmente sequer capazes de falar a língua local, sua presença em Roma transformou a cidade, a República e, mais tarde, o Império.

À medida que a implacável expansão de Roma continuou na era imperial, gauleses, bretões, tribos germânicas e outros povos foram sugados para o sistema da escravidão. A pirataria de escravos foi um flagelo em toda a Europa e no Mediterrâneo. O historiador e filósofo grego Strabo, do século I a.C., descreveu malfeteiros escravocratas aterrorizando os territórios ao redor da Armênia e da Síria, capturando civis e embarcando-os para serem vendidos. “[Isso] se mostrou muito rentável”, escreveu, “pois não só eles eram facilmente capturados como o mercado, que era grande e rico em propriedades, não ficava muito distante”. O mercado em questão era o centro de escravos em Delos, nas ilhas Cíclades, onde Strabo afirmou que eram negociados 10 mil escravos por dia: todos enviados para labutar e morrer em terras estrangeiras.³¹ A escravidão romana não era racista em si (um importante ponto de contraste com os escravos no Caribe ou na América do Sul), mas era tácito que os “bárbaros” de fora do Império eram infinitamente mais adequados para a escravidão que os próprios romanos. Portanto, à medida que o Império crescia, milhões de seres humanos passaram a sofrer a indignidade fundamental da escravidão, um ultraje resumido sucintamente pelo escritor Libânio, do século IV d.C.: “O escravo é alguém que em algum momento pertencerá a outra pessoa, cujo corpo pode ser vendido. E o que poderia ser mais humilhante [...] Pois na verdade esse corpo não foi mutilado, e a alma totalmente destruída?”³²

No entanto, apesar de eventuais rebeliões de escravos — a mais famosa conhecida como a Revolta de Espártaco, de 73 a.C. —, não havia nenhum movimento para abolir a escravidão entre os romanos. Apenas ocasionalmente eram feitos esforços para proteger os escravos de abusos mais grosseiros: Adriano (117-138 d.C.) tentou sem sucesso impedir comerciantes de escravos de castrar meninos africanos, enquanto Constantino I (306-337 d.C.) proibiu a prática da tatuagem facial — um édito muito provavelmente baixado tendo em mente o excesso de zelo dos proprietários de escravos. Porém, almejar mais do que isso — ou chegar a imaginar um mundo sem escravos — teria sido absurdo. Filosoficamente, a escravidão era considerada essencial para uma sociedade livre — um fenômeno natural sem o qual não poderia existir a liberdade para o verdadeiro e nobre romano. Economicamente, toda a estrutura de Roma e do Império dependia da escravidão em massa, facilitada pelas mesmas redes comerciais extensas e complexas que forneciam mercadorias essenciais e bens de luxo.